

Policy Brief 1/2026

O comércio de soja entre Brasil e China é uma das relações de commodities mais estratégicas da economia global, conectando segurança alimentar, risco climático e governança do uso da terra. A China depende de importações para suprir a maior parte da demanda por soja, com mais de 70% das exportações brasileiras destinadas ao seu mercado.ⁱ A soja desempenha também um papel central nas exportações agrícolas do Brasil, com produção projetada em 177,6 milhões de toneladas em 2025/26, representando 36% da produção global, em 49,1 milhões de hectares.ⁱⁱ

Impactos das mudanças climáticas em aumento

O Plano Nacional sobre Mudança do Clima (2026) identifica a agricultura, responsável por 68% das emissões nacionais de GEE,ⁱⁱⁱ como desafio central. A expansão da soja é um dos principais vetores do desmatamento e das emissões, gerando cerca de 121 milhões de toneladas de CO₂ por ano, cerca de 9% das emissões de uso da terra do Brasil,^{iv} Daespecialmente no Cerrado, onde as taxas de desmatamento são significativamente mais altas que na Amazônia.^v

O desmatamento reforça um ciclo de retroalimentação negativa em que a redução da disponibilidade de água e da fertilidade do solo compromete a produtividade agrícola de longo prazo. A irregularidade das chuvas, o aumento das temperaturas e a degradação do solo já reduzem os rendimentos e elevam a volatilidade financeira,^{vi} com implicações para a competitividade do Brasil e a segurança de abastecimento de longo prazo da China.

Esses impactos são mais visíveis no Cerrado, que enfrenta a maior pressão de conversão do país. Seus efeitos também se refletem cada vez mais no sistema financeiro, com aumento dos sinistros, prêmios mais altos e maior exposição ao risco de crédito.

Legislação e sustentabilidade contestada

O arcabouço jurídico ambiental do Brasil é relativamente robusto, centrado no Código Florestal e no Cadastro Ambiental Rural (CAR), e apoiado por instrumentos como o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia e a condicionalidade do crédito rural. Na prática,

porém, a aplicação é variável. A validação do CAR é lenta, as responsabilidades institucionais são fragmentadas e a capacidade estatal varia. Essas lacunas não se explicam apenas por uma questão de capacidade administrativa. Orçamentos estaduais para a área do meio ambiente mostram que mais recursos não se traduzem necessariamente em fiscalização mais eficaz, indicando que os resultados refletem tanto escolhas políticas quanto restrições administrativas.

Isso reflete dinâmicas mais amplas de economia política, nas quais atores do agronegócio exercem influência significativa sobre a formulação de políticas, especialmente por meio da bancada ruralista, que detém maioria no Congresso e molda a legislação e as prioridades de fiscalização.^{vii} A taxa de validação do CAR permanece extremamente baixa, cerca de 9% em nível nacional (novembro de 2025), com 9 estados abaixo de 1%^{viii}, apesar de um arcabouço jurídico robusto. A suspensão da Moratória da Soja na Amazônia em 2026 ilustra essa dinâmica e tem sido amplamente interpretada como um retrocesso politicamente motivado na governança ambiental voluntária.^{ix} De forma mais ampla, a sustentabilidade é frequentemente contestada como questão política, ao invés de técnica, com prioridades de fiscalização variando de acordo com o governo em questão. Como resultado, acordos negociados hoje podem ser revertidos por governos futuros, comprometendo a credibilidade dos compromissos assumidos e enfraquecendo os incentivos de longo prazo para cumprimento da legislação.

Mecanismos voluntários de sustentabilidade, como certificações e compromissos corporativos de desmatamento zero, têm ampliado a rastreabilidade e o monitoramento no Brasil. Ainda assim, sua adoção é limitada e variável, cobrindo pequena parcela da produção total. No entanto, os sistemas financeiros começam a incorporar riscos ambientais e climáticos de forma a influenciar a alocação de capital, o que pode alavancar uma mudança importante nos incentivos atuais para conservação e/ ou conversão.

Essas dinâmicas também variam territorialmente. A expansão sobre vegetação nativa continua em regiões de fronteira, como o Matopiba,^x onde a fiscalização é mais fraca. O desafio não é apenas conter a expansão, mas ajustar incentivos para que o crescimento da produção ocorra em áreas consolidadas, como no Mato Grosso, e não em fronteiras como o Matopiba, onde ganhos de produtividade podem ser obtidos por intensificação em áreas já convertidas.

Na ausência de exigências vinculantes de importação, condicionalidade financeira ou prêmios de preço, uma produção mais sustentável dificilmente ocorrerá, pois os sinais

de mercado continuam a favorecer volume e custos em detrimento da sustentabilidade.

Embora a China avance em finanças verdes e estruturas de divulgação climática, isso ainda não se traduz em exigências obrigatórias para importações agrícolas. Por exemplo, os *Corporate Sustainability Disclosure Standards* lançados pelo governo chinês em dezembro de 2025 exigem que grandes empresas divulguem emissões de Escopo 3,^{xi} incluindo as ligadas às cadeias de soja. Embora isso possa aumentar a pressão por rastreabilidade, não impõe requisitos vinculantes de fornecimento.

Esse fraco alinhamento de incentivos tem contribuído para cadeias de suprimento segmentadas, com fluxos de maior conformidade direcionados à União Europeia, enquanto a maior parte da produção atende a mercados com menores exigências. Nesse contexto, uma transição para a sustentabilidade baseada apenas em reformas do lado da oferta é improvável. Restrições políticas e instabilidade na governança limitam a eficácia dessas reformas, transferindo maior responsabilidade para atores do lado da demanda, incluindo grandes importadores como a China, além de traders e instituições financeiras.

Principais mensagens: caminho para uma transição sustentável

- Os impactos das mudanças climáticas estão aumentando, a governança segue contestada e os incentivos de mercado ainda favorecem a expansão do uso da terra. A transição é possível, mas exige realinhar incentivos.
- Enquanto grandes mercados priorizarem preço e volume sem incorporar riscos de desmatamento e clima, os produtores terão poucos incentivos para mudar. Requisitos mais robustos do lado da demanda, especialmente da China, são, portanto, essenciais.
- A sustentabilidade deve ser incorporada ao comércio e às finanças. Integrar o risco de desmatamento a padrões de importação, compras e finanças verdes, além de vincular crédito e seguros à conformidade verificada, pode ajustar incentivos ao longo da cadeia de valor.
- As respostas de política devem refletir realidades territoriais. Redirecionar o crescimento para áreas consolidadas, por meio de intensificação e restauração, é mais viável do que expandir em regiões de fronteira.
- Ecossistemas como o Cerrado e a Amazônia são infraestrutura crítica para a produtividade agrícola de longo prazo e devem ser tratados como tal.

Fontes

ⁱ S&P Global Commodity Insights. 2025. *Commodities 2026: US-Brazil soybean trade seen hinging on China's imports*. <https://www.spglobal.com/energy/en/news-research/latest-news/agriculture/122325-commodities-2026-us-brazil-soybean-trade-seen-hinging-on-chinas-imports>

ⁱⁱ Ministério da Agricultura e Pecuária. 2026. *Agronegócio brasileiro fecha 2025 com recorde em exportações de US\$ 169 bi*. <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/agronegocio-brasileiro-fecha-2025-com-recorde-em-exportacoes-de-us-169-bilhoes-e-superavit-de-us-149-07-bilhoes>

Exame. 2025. *Brazilian soy production set to break records in 2025/26*. <https://exame.com/en/brazilian-soy-production-should-renew-record-in-2025-26/>

ⁱⁱⁱ Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA). 2026. *Plano Clima 2024–2035*. <https://www.gov.br/mma/pt-br/composicao/smc/plano-clima/documentos-oficiais>

^{iv} Pereira, O., and P. Bernasconi. 2025. *Brazilian soy exports and deforestation*. Trase. <https://trase.earth/insights/brazilian-soy-exports-and-deforestation>

^v Amazon Environmental Research Institute (IPAM). (2024). *Cerrado loses 1.1 million hectares and surpasses Amazon deforestation*. <https://ipam.org.br/cerrado-loses-1-1-million-hectares-and-surpasses-amazon-deforestation/>

^{vi} Rodrigues, A. A., Macedo, M. N., Silvério, D. V., Maracahipes, L., Coe, M. T., Brando, P. M., Shimbo, J. Z., Rajão, R., Soares-Filho, B., & Bustamante, M. M. C. (2022). *Cerrado deforestation threatens regional climate and water availability for agriculture and ecosystems*. *Global Change Biology*, 28(22), 6807–6822.

<https://doi.org/10.1111/gcb.16386> [ipam.org.br], [par.nsf.gov]

Leite-Filho, A. T., Soares-Filho, B. S., & Oliveira, U. (2024). *Climate risks to soy–maize double-cropping due to Amazon deforestation*. *International Journal of Climatology*, 44(4), 1245–1261. <https://doi.org/10.1002/joc.8381>

^{vii} Frente Parlamentar da Agropecuária. (2026, April 1). *Todos os membros*. <https://fpagropecuaria.org.br/todos-os-membros/>

^{viii} Climate Policy Initiative (CPI) and PUC-Rio. 2025. *Where does Brazil stand with the implementation of the Forest Code? – 2025 edition*. <https://www.climatepolicyinitiative.org/publication/where-does-brazil-stand-with-the-implementation-of-the-forest-code-2025-edition/>

^{ix} Reuters. (2026, January 5). *Major Brazilian grain traders quit Amazon conservation pact*. <https://www.reuters.com/sustainability/climate-energy/major-brazilian-grain-traders-quit-amazon-conservation-pact-2026-01-05/>

^x Matobipa is a major agricultural frontier in Brazil encompassing parts of Maranhão, Tocantins, Piauí, and Bahia, characterised by large-scale soy expansion and rapid land-use change, particularly in the Cerrado biome.

^{xi} Ministry of Finance (MOF), & Ministry of Ecology and Environment (MEE). (2025). *Corporate Sustainability Disclosure Standard No. 1 – Climate (trial)*. https://kjs.mof.gov.cn/zhengcefabu/202512/t20251225_3980202.htm

Este policy brief resume os principais achados do relatório *Fortalecendo o comércio sustentável para a segurança alimentar: Caminhos para a sustentabilidade no comércio de soja entre Brasil e China* (2026), publicado pelo Future Horizons Institute. O relatório está disponível em: www.futurehorizonsinstitute.org

